

**HABEAS CORPUS Nº 569.875 - MG (2020/0077554-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : **BRENO FACIOLI GOMES**  
**ADVOGADO** : **BRENO FACIOLI GOMES - MG186008**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE** : **PAULO AUGUSTO CARDOSO RODRIGUES (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**PAULO AUGUSTO CARDOSO RODRIGUES** alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que indeferiu a liminar do HC n. 1.0000.20.035206-0/000.

Consta dos autos que foi decretada a custódia preventiva do paciente, nos autos do processo em que foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

A defesa aduz, em síntese, que a constrição cautelar carece de fundamentação. Faz alusão, ainda, à pandemia causada pelo Coronavírus e, diante dessas considerações, pleiteia que seja determinada a soltura do acusado.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**O prejuízo** derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência, ante a possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete**: (a) **o retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da

questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

Registro não desconhecer a **Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça**, que estipula medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e recomenda a reavaliação das prisões provisórias.

No entanto, essa recomendação **não reflete uma diretriz obrigatória no sentido de se ter de soltar, irrestritamente, todos aqueles que se encontram presos provisoriamente**, mas sim, um elemento interpretativo a ser levado em consideração em cada caso concreto, tendo-se em conta o trazido aos autos por cada parte interessada.

Estabelecida essa premissa, penso que tal recomendação não afasta, especificamente no caso dos autos, a necessidade de imposição da prisão preventiva, notadamente porque o Magistrado de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva do ora paciente, destacou que "os elementos de prova acostados aos autos denotam a existência de **verdadeira rede voltada à aquisição e distribuição de drogas, em especial de maconha** [...], havendo indícios inclusive no sentido de que Asdrubal integra a organização criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC e que, mesmo após a sua condenação, prossegue atuando na disseminação de entorpecentes" (fl. 27, grifei).

Tais circunstâncias evidenciam, ao menos em princípio, que a constrição cautelar se mostra medida adequada e necessária para fragilizar a própria estrutura organizacional da qual o recorrente, em tese, fazia parte e, dessa forma, cessar a prática de novas infrações penais.

A respeito do tema, a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que "se justifica a decretação de prisão de membros de organização criminosa **como forma de interromper as atividades do grupo**" (RHC n. 70.101/MS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 5/10/2016, destaquei).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Além disso, à luz de tais elementos, não evidencio, **de maneira inequívoca**, que o paciente integra unidade de risco ou que a sua saúde esteja em risco, caso permaneça preso cautelarmente (o que não afasta, obviamente, que essa questão seja eventualmente reavaliada no futuro a partir de novos elementos concretos trazidos aos autos).

Por tais razões, **não identifico flagrante ilegalidade ou qualquer mácula no *decisum* monocrático** que justifique a intervenção imediata e prematura deste Superior Tribunal. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**